

QUILOMBO IVAPORUNDUVA: PROCESSO HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL

Quilombo Ivaporunduva: historical process and territorial and social organization

MÁRCIA CRISTINA AMÉRICO
UNIMEP, Universidade Metodista de Piracicaba
cristinamerico@gmail.com

RESUMO: Este texto é resultado da pesquisa concluída no curso de mestrado em educação, que teve como proposta caracterizar a vida da Comunidade Negra Agroflorestal Quilombo Ivaporunduva, localizada no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, focando o processo histórico e a organização social e territorial dessa população. Com elementos que caracterizam a pesquisa etnográfica, a investigação buscou reconstruir a história da Comunidade Tradicional Quilombo Ivaporunduva, a partir das memórias dos quilombolas sobre seu passado, seu trabalho, seus confrontos e resistências para permanecerem no território. Sua organização familiar, seus modos de pensar, suas críticas em relação ao sistema econômico, político e social, no qual foram e continuam inseridos, não podem ser dissociados de todo esse mais amplo contexto de estrutura e poder social. Concluiu-se que as relações que os quilombolas de Ivaporunduva mantêm com outras organizações sociais e o modo como se articulam em defesa de seu território são ações que os constituem como sujeitos de sua história coletiva e essas actions são compreendidas como práticas educativas.

PALAVRAS-CHAVE: quilombo. território. organização social.

ABSTRACT: This article shows the results of the already finished research for the Master of Education course, which intended to characterize the life of the Black Agroforestry Community Quilombo Ivaporunduva, located in Vale of the Ribeira, in the State of São Paulo, focusing on the historical process and on the social and territorial organization of this population. With elements that characterize the ethnographic work, the research sought to reconstruct the history of the Traditional Community Quilombo Ivaporunduva from the memories of the quilombolas about their past, their work, their confrontations and resistance to remain in the territory. Their family organization, their thinking, their criticism of the economic, political and social system in which were and remain inserted cannot be separated from all this broader context of social structure and power. It was concluded that the relations that the Ivaporunduva quilombolas maintain with other social organizations and the way they articulate themselves for the defense of their territory are actions that constitute them as subjects of their collective history and these actions are understood as educational practices.

KEYWORDS: quilombo. territory. social organization.

TRAZENDO O LEITOR PARA PERTO DE NÓS

Este texto é resultado da pesquisa concluída no curso de mestrado em educação, que teve como proposta caracterizar o processo histórico da formação da população Quilombo Ivaporunduva, localizada na região do Vale do Ribeira, município de Eldorado, no estado de São Paulo, nos aspectos atrelados à organização social e territorial que se mantêm em movimento e em transformação¹. Em um primeiro momento, a população negra de Ivaporunduva teve sua história pautada pelo/no escravismo criminoso; em um segundo momento, pela resistência e luta para manter a sobrevivência no território, quando as terras de preto são uma realidade agrária brasileira: são áreas que passam pelo reconhecimento, titulação e regularização no âmbito jurídico-político por meio de lutas sociais. As famílias do Quilombo Ivaporunduva vivenciam os entraves políticos ligados aos seus direitos fundamentados na Constituição Federal, nos artigos 215, 216 e 68, que lhes garantem a posse das terras. Em 2010, Ivaporunduva torna-se pioneira no Brasil, porque de fato tem o registro coletivo das terras em cartório; porém, desde então, as famílias têm enfrentado uma luta política para a não expropriação de suas terras em função da construção de barragens ao longo do rio Ribeira de Iguape. Nesse artigo, pretendo apresentar o processo de aquilombamento como histórico e dialético, a partir dos entraves enfrentados com o poder público e privado dessa população para garantir a sobrevivência no território – atualmente contra o projeto da construção das barragens.

Ocupando uma área de 2.800 hectares, o Quilombo Ivaporunduva se localiza na região do Médio Ribeira, município de Eldorado, estado de São Paulo. No Vale do Ribeira, entre o sul do estado de São Paulo e o norte do estado do Paraná, há atualmente 57 comunidades quilombolas identificadas, sendo esta a área de maior concentração de comunidades quilombolas do Estado de São Paulo.

O Vale do Ribeira é uma região com imenso valor cultural e ambiental, devido a seus recursos naturais, habitado por pequenos agricultores familiares e comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas. É uma região cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o mais baixo do Brasil por razões históricas, pois abriga comunidades tradicionais que são vítimas de um persistente ciclo vicioso de marginalização, pobreza e baixíssimos níveis de acesso aos direitos constitucionais à terra, educação, saúde, moradia, trabalho e a tantos outros aspectos que constituem o homem emancipado.

A formação dessas comunidades teve origem com a exploração de minérios no século XVII, com cujo declínio, no século XVIII, os fazendeiros brancos abandonaram suas terras, das quais os quilombolas se apropriaram, mantendo seus laços históricos e de parentesco com as comunidades vizinhas da região. A comunidade Quilombo Ivaporunduva é a primeira e mais antiga comunidade quilombola do Vale do Ribeira, da qual outros quilombos foram originados² (ISA, 2008, p.93).

1 AMÉRICO, Márcia Cristina. Quilombo Ivaporunduva: Evolução histórica e organização social e territorial. 2010. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Piracicaba. 2010.

2 Nos municípios de Eldorado e Iporanga estão identificadas 16 comunidades quilombolas. Em Eldorado, estão: André Lopes, Nhunguara, São Pedro, Ivaporunduva, Sapatu, Pedro Cubas de cima, Pedro Cubas, Poça, Galvão e Abobral margem esquerda. Em Iporanga estão: Maria Rosa, Pilões, Praia Grande, Bombas e Piririca, Castelhana e Porto Velho.

O quilombo Ivaporunduva é uma comunidade negra agroflorestal, habitada por 97 famílias, aproximadamente 322 pessoas; deste total constam 80 crianças com menos de 12 anos³ (Luiz, 2012). Essa comunidade está inserida num contexto rural, em condições de subdesenvolvimento, em virtude da negação de direitos sociais. Tem vivido o desafio de manter a sobrevivência dentro do território por meio da atividade humana – trabalho – atividade pela qual a vida é garantida.

Na comunidade Quilombo Ivaporunduva, algumas das práticas de subsistência foram mantidas ao longo dos anos pelas famílias quilombolas, por exemplo: o cultivo rotativo das roças, assim como a pesca, a caça, a coleta do palmito para a alimentação, o uso de plantas medicinais, a utilização da madeira e do cipó para a construção de moradias pela técnica do “pau-a-pique”, práticas que têm garantindo o sustento e a proteção da comunidade até os dias atuais.

Os principais trabalhos que movimentam a economia da comunidade Quilombo Ivaporunduva atual são: a produção e comercialização de banana orgânica e convencional e o ecoetnoturismo, sendo que essas atividades envolvem direta ou indiretamente todas as famílias da comunidade. As plantas medicinais, o artesanato elaborado a partir da fibra de bananeira, o palmito Pupunha, como alternativa ao palmito nativo Juçara, assim como a pequena agroindústria de processamento de banana, são empreendimentos que estão em fase de desenvolvimento.

APROXIMAÇÃO COM A METODOLOGIA DE PESQUISA

Alguns pressupostos foram se delineando durante os estudos do mestrado. A tentativa de nomeá-los mostrou que as relações entre eles são indissociáveis: a) o processo de quilombamento é histórico e dialético, há um ciclo de desvantagens acumulado durante o processo histórico da formação da população negra brasileira, e é nesse contexto que a comunidade negra rural agroflorestal Quilombo Ivaporunduva está inserida; b) o desejo de continuar a viver no território supõe constantes embates, no passado com o poder dos fazendeiros, atualmente com os grandes empreendimentos de barragens para as hidroe-létricas e c) a luta pela sobrevivência e pela posse da terra, por meio da participação no Movimento Nacional Quilombola e de outros movimentos sociais rurais, assim como as relações que mantêm com outras organizações que os apoiam em iniciativas e propostas de geração de renda e de desenvolvimento social e econômicos, são processos educativos.

Meu convívio com a comunidade negra quilombola de Ivaporunduva permitiu colher relatos de fontes genuínas, os descendentes de Africanos no Brasil, que, a partir do cultivo das memórias de seu povo, ao revisitarem a história do passado, vão reconstruindo uma identidade. Pode, então, enquanto pesquisadora, evidenciar a história da formação dessa população negra, que me remeteu ao movimento negro brasileiro e me possibilitou entender o papel desses quilombolas e as relações que eles têm estabelecido com a discussão

3 LUIZ, Viviane. **O quilombo de Ivaporunduva a partir do enunciado de suas crianças: participação infantil no cotidiano da vida em comunidade**”. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Piracicaba.

mais ampla desse movimento social. Busquei nas obras de autores negros e não negros compreender a realidade das relações entre etnias em nosso país. Portanto, a relevância desta pesquisa, na esfera da educação, como diz a autora Gonçalves e Silva:

Se configura como interesse e esforço para travar conhecimento, na perspectiva dos afro-brasileiros, da problemática sócio-econômica, étnico-racial que enfrentam, bem como de sua história, a partir das vivências que têm sofrido e construído ao longo da participação dos antepassados escravizados e de seus descendentes na vida da sociedade brasileira. (GONÇALVES E SILVA, 2005, p. 165).

Ao me propor estudar, o que me parecia tão familiar se torna estranho. E é preciso entranhar para que nasçam questões. Por um lado, estar entre os quilombolas, participar com eles de muitas das atividades que lhes pertencem, por tradição, não me faz um deles, porque ocupamos lugares diferentes; por outro, reconheço que não é possível um afastamento tal que me isente da subjetividade no momento em que me proponho escrever sobre a vida deles, sobre sua história e suas lutas. Além disso, reconheço que é impossível parar o tempo, portanto, qualquer texto representa sempre um recorte no tempo, no espaço, na história, e nunca uma verdade estagnada. O passado se encontra no presente que já é o começo do futuro.

A forma de organização dos quilombolas, que podemos apreender por meio da história e dos conflitos por nós captados na convivência com essa comunidade, diz respeito às relações sociais construídas. E, para o pensamento marxista, esta materialidade histórica pode ser compreendida a partir das análises empreendidas sobre uma categoria considerada central: o trabalho como atividade vital – tipo de atividade exercida, ou seja, a atividade pela qual a vida é garantida. (MARX; ENGELS, 1984, p. 33).

A contribuição do Método Materialismo Histórico e Dialético, na tarefa de compreender o modo como os quilombolas dessa comunidade significam as suas relações com o trabalho e a renda nas condições concretas de vida social, para o desenvolvimento local, diz respeito à necessidade de descobrir, nos fenômenos, na realidade empírica, o elemento mais simples (o empírico) para chegar à categoria síntese de múltiplas determinações (concreto pensado). Significa que é possível apreender a realidade, partindo das mais simples manifestações, debruçamo-nos sobre elas e elaborarmos abstrações.

Para reconhecer o movimento da história de uma comunidade quilombola, seus conflitos e problemas teóricos e práticos, foi e é necessário manter contato regular e bem próximo. O que faço é acompanhar de perto suas atividades, apreender os valores e sentimentos, observando, registrando e videogravando o que fazem e dizem, em uma atitude que pretende ser de quem lá está, mas de lá não é.

A pesquisa etnográfica possibilita-me trazer as vozes e memórias dos quilombolas, que são comigo compartilhadas em diferentes situações na convivência com eles; ora em momentos de conversas/entrevistas entre mim e eles, ora em palestras proferidas por eles a grupos de turistas em visita ao quilombo. Trata-se do movimento de colher relatos de fontes genuínas. Ezpeleta e Rockwell (1989, p.33) explicam que a pesquisa etnográfica pode ser

considerada “algo que se articula com método e teoria, mas que não esgota os problemas nem de uma nem de outro”. Ainda explicam que “a etnografia domina também um ramo da antropologia: aquele que acumula conhecimentos sobre realidades sociais e culturais peculiares, delimitadas no tempo e no espaço” (Ibidem).

Não conseguimos ser observadores sem sermos observados. Não há um olhar sem ser olhado. “A compreensão não é lugar de transparência e saturação do sentido, mas lugar de mediação. Compreende-se sempre sob a forma do processo da palavra, reconstruindo, traduzindo o texto do outro” (AMORIN, 2004, p. 48). Eu também sou o *outro* das pessoas com as quais convivo na comunidade Ivaporanduva.

Os enunciados obtidos nas entrevistas foram transcritos com a maior fidelidade possível. Procurou-se, também, transcrever as falas com a maior fidelidade possível aos modos de falar das pessoas para posterior análise (MARCUSCHI, 2001). Nas transcrições das entrevistas, foram mantidos os nomes originais dos quilombolas entrevistados, uma vez obtida a autorização para divulgação.

RESSEMANTIZANDO O CONCEITO DE QUILOMBO

A história das famílias negras do Quilombo Ivaporanduva está fundamentalmente ligada ao processo histórico da formação da população negra no Brasil e a de seus antepassados escravizados nessa região. Os conhecimentos materiais e imateriais dos africanos escravizados estão presentes nas narrativas dos quilombolas em momentos distintos, é transmitida principalmente pela oralidade, de geração a geração, e vai sendo apreendida, modificada e significada, perdurando dialeticamente na vida da comunidade há mais de quatrocentos e cinquenta anos. O autor Hampâté Bâ reconhece a tradição oral africana como fonte de pesquisa, sendo ela “fundada na iniciação e na experiência [que] envolve uma visão particular do mundo, ou, melhor dizendo, uma presença particular no mundo – um mundo concebido como um todo onde todas as coisas se religam e interagem” (1982, p.183).

Em uma abordagem da história a partir das memórias individuais e coletivas dos quilombolas do Vale do Ribeira, e ao explorar os documentos históricos, pesquisas antropológicas e arqueológicas do vale do Ribeira e, especificamente, do Quilombo Ivaporanduva, os dados das pesquisas interligam as famílias dessa localidade ao reconhecimento da origem de uma etnia de descendência africana culturalmente banta, originária de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique⁴. A Liderança quilombola Benedito Alves marca a sua origem ao afirmar que:

4 Em entrevista, uma das lideranças do Quilombo de Ivaporanduva – Benedito Alves – afirma que as famílias de Ivaporanduva são originárias de Moçambique. O relatório técnico e científico – RTC do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP 2002 a 2003 aponta que povos de Moçambique, Guiné Bissau e Angola foram trazidos no Vale do Ribeira para o trabalho forçado no sistema escravagista a partir de 1639. Ver em: <[http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rte/RTC_Ivaporanduva.pdf](http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoaes/rte/RTC_Ivaporanduva.pdf)>. Acesso em 22mar. 2011.

Aqui nós conseguimos **chegar a Moçambique**. O pessoal daqui veio de Moçambique, mas a gente sabe que não veio só de lá, veio de outros países também, de outras aldeias africana e que misturou. Aqui é que está aqui no nosso meio, não dá pra identificar hoje. O que deu para se aproximar, isso foi pesquisado. Essa aproximação ela saiu através da forma de falá, do formato do rústico, do formato de corpo dos objeto de uso, arquitetura da casa. Tudo isso aí foi juntado do que se aproximou – foi com eles, moçambicanos. Então a gente fica satisfeito, chegô perto, ficô perto de alguma coisa. Eu, pelo menos eu, eu falo, eu sou moçambicano.

(BENEDITO ALVES – Liderança Quilombola. Palestra realizada em 16/01/2010, no Quilombo de Ivaporunduva).

Foi possível identificar a origem étnica das populações de africanos-descendentes no Brasil, por meio das “resistências linguísticas e culturais que caracterizam as contribuições africanas na cultura brasileira contemporânea.” (MUNANGA, 2009, p.92). Os elementos encontrados foram fundamentais para distingui-las, a partir do trabalho de comparação “com suas áreas regionais e étnicas da África Tradicional”. (Idem). Os 200 primeiros anos de migração forçada africana ao Brasil foi da população banta. O Brasil Colônia contou fundamentalmente com os conhecimentos tecnológicos e agrícolas desses povos na construção do nosso país, o qual também carrega a influência linguística banto.

O termo Quilombo é originário dos povos de língua banto umbundo (*Kilombo*), que foram trazidos e escravizados nesse país. “Trata-se dos grupos lunda, ovinbundu, nbundu, kongo, imbangala etc., cujos territórios envolveram os povos de diferentes regiões entre Angola e Zaire.” *Kilombo* no dialeto ‘umbundo’, significa “um agrupamento militar composto pelos *jaga* ou *imbagala* (de Angola) e os *lunda* (do Zaire) no século XVII”.⁵

Existem semelhanças entre o quilombo africano e o brasileiro: ambos surgem no século XVII para se opor ao sistema escravagista; os quilombos brasileiros são considerados continuidade africana, sendo considerado a mais típica forma de resistência à escravidão, pois, conforme aumentava o trabalho escravista, aumentavam as resistências em forma de aquilombamento (MUNANGA, 1996).

O termo quilombo foi modificado e ressemantizado ao longo dos séculos pela literatura e pesquisadores especializados, grupos, indivíduos e organizações e, atualmente, esse termo tem outra definição. A partir da resolução do Artigo 68 dos Atos Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (CF) de 1988, a Associação Brasileira de Antropologia-ABA passa a ter uma definição mais ampla do termo “remanescente de quilombo”: Comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais, e o que os caracteriza é a identidade étnica, que os distingue do restante da sociedade. Identidade étnica é um processo de autoidentificação, dinâmico e que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos.

Portanto, as comunidades quilombolas contemporâneas também são ressignificadas e conhecidas como terras de preto, terras de santo, santíssimo, mocambos. As comunidades

5 Sobre a origem do Quilombo na África, ver MUNANGA, Kabengele. Origem e Histórico do Quilombo na África. Revista USP, São Paulo (28): 55-63, dez./fev. 95/96.

negras rurais são habitadas pelos descendentes de africanos escravizados, mantêm laços de parentesco, vivem da agricultura de subsistência, estão em terras que foram doadas, compradas ou secularmente ocupadas por seus antepassados, conservam suas tradições culturais e suas histórias e código de ética que são transmitidos oralmente de geração a geração (O'DWYER, 1995, p. 2).

Em todas as Américas, encontram-se grupos semelhantes. Essas comunidades estão presentes em países como: Espanha, *cimarrónes*; em Cuba e na Colômbia, *palenques*; na Venezuela, *cumbes*; e na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos, *moroons*; Equador, Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua, Chile, Peru, Bolívia, Haiti e em outros territórios da América. Os quilombos surgem de formas e em períodos distintos, alguns com a língua e cosmologia própria como os *marrons* no Suriname⁶.

No Brasil, os quilombos estão em todo território em áreas rurais e urbanas. Pesquisas da Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, identificam atualmente 3.524 comunidades tradicionais quilombolas espalhadas por 24 estados da federação, com exceção do Acre, Roraima e Distrito Federal, com uma maior concentração nos estados do Maranhão, Pará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.⁷

Os confrontos contemporâneos das questões fundiárias – da posse e propriedade coletiva da terra – são uma característica de luta histórica e política em comum das comunidades quilombolas do Brasil e da América Latina. O direito à posse e propriedade das terras é compreendida como princípio do grupo para manutenção da vida. Assim como no Brasil, alguns países da América Latina já reconhecem na sua constituição nacional o direito da posse das terras das comunidades tradicionais quilombolas⁸.

“Nosso interesse é pela questão do meio ambiente com gente, não sem gente”

Essa luta não fui eu que comecei, foram os negros aqui escravos que começaram quando não aceitaram trabalho escravo e fugiram das senzalas, buscando já sua libertação, né, onde começou e aí eu já sou um gancho pesado de mais de 400 anos atrás. E no final dos anos 80, todo mundo sabe, do direito constitucional que a Constituição Federal trouxe para os quilombos brasileiros, que foi a questão da terra, chamado bem mais precioso [...] falar em terra é falar em poder. Quando um preto fala de ser dono de terra tá enfiando o dedo na ferida e isso aí, implica na vida de muita gente.

(BENEDITO ALVES – Liderança quilombola. Localidade Quilombo Ivaporunduva em 26.06.2011).

Benedito Alves – conhecido por Ditão –, liderança quilombola de Ivaporunduva, iniciou uma palestra, proferida a um grupo de estudantes universitários, em uma vivência no

6 RATTI, Alex. A face quilombola do Brasil. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MATTIOLO, Érica Aparecida Kawakami; MADERA, Thais Fernanda Leite (Org.). **Relações Étnico-Raciais: Um percurso para educadores**. v. 2. São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2012, p. 133-154.

7 Esses quilombos podem ultrapassar a 5.000 comunidades no Brasil, notadamente localizadas em áreas rurais e urbanas Consultar em: <http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes/copy_of_Principal. 2007-11-18.5002#_ftn1>. Acesso em: 19 jul. 2012.

8 DUTRA, Mara Vanessa Fonseca. **Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica**. Rio de Janeiro: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

Quilombo Ivaporunduva, contextualizando a história da comunidade, que surge dentro de um contexto histórico da sociedade brasileira como parte integrante da população negra, descendentes de civilizações africanas, que foram transplantadas ao Brasil por uma determinada época e tempo, em condições de pessoas escravizadas, para exploração de mão-de-obra forçada no Brasil.

A comunidade negra quilombola de Ivaporunduva teve sua história pautada pelo/no escravismo criminoso e paralelamente atrelada às várias formas de resistências e confrontos com o sistema escravagista. Na narrativa de Benedito Alves, está implícito o processo histórico da comunidade Ivaporunduva, durante o período escravagista: a pós-abolição em transição, as relações sociais subordinadas aos moldes de vida da produção capitalista. Em um primeiro momento, no período entre 1639 a 1802, houve a exploração intensiva do trabalho forçado não remunerado da população negra africana e de seus descendentes no Ivaporunduva. O sistema escravista criminoso expropriou os seus antepassados – população negra africana escravizada da condição humana material e imaterial.

Num segundo momento, entre 1802 e aproximadamente 1960-70, a população negra defendeu a vida e o território contra a reescravização e as frequentes agressões e ataques de coronéis e de grupos organizados, que tentavam expulsar os quilombolas de Ivaporunduva. Nesse período, a comunidade viveu isolada, mas não menos ameaçada e explorada. No entanto, precisavam garantir a posse definitiva das suas terras, ter acesso às técnicas atualizadas de agricultura e obter espaço para a comercialização de seus produtos e serviços, o que envolvia uma nova etapa de transição da comunidade e busca de desenvolvimento e diretos sociais.

Na década de 60, quilombolas foram limitados a uma mínima área agricultável em suas próprias terras no trabalho de cultivo de coivara, por imposição de uma legislação ambientalista e, sob pressão dos intermediários e indústrias de palmito, restou a única alternativa do árduo trabalho de extração do palmito nativo da Mata Atlântica, para que, assim, pudessem obter alguma renda e, com ela, comprar alguns bens necessários, sem sair do seu território. Nesse momento, intensifica-se a circulação da moeda na comunidade. Se, por um lado, com a extração do palmito e com a circulação da moeda, as famílias quilombolas entraram para o mercado de consumo, por outro lado, e contraditoriamente, com as leis de proteção ambiental⁹ proibindo e criminalizando as atividades do extrativismo do palmito Juçara¹⁰ e limitando os espaços para a agricultura de subsistência dentro do território, a comunidade ficou desprovida de outros meios de renda.

A década de 60/70 se configurou como um período de politização dos membros e lideranças quilombolas por meio da interação com o movimento da esquerda socialista, com membros da Igreja Católica (os que tinham forte vínculo com o movimento político da esquerda) e com outros movimentos sociais. O envolvimento dos membros da comunidade

9 Ver em: Legislação do Meio Ambiente e Lei Federal (nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) das APAS – Áreas de Preservação Ambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/leg/amb.shtm>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

10 A área do Quilombo de Ivaporunduva ficou restrita a um espaço dentro da Área de Preservação Ambiental (APA), conforme determinou a legislação, limitando as atividades produtivas dentro do Quilombo.

com os movimentos sociais contribuiu com a politização das crianças e adolescentes, o que foi fundamental para tornar os jovens adultos deste momento mais politizados.

A partir dos anos 80, as lideranças quilombolas de Ivaoporunduva (Benedito Alves e José Rodrigues) e das outras localidades do Brasil passaram a compor o Movimento Negro, em São Paulo, que estava num processo intenso de discussão, formação e politização das lideranças negras rurais e urbanas em busca de direitos sociais. As lideranças quilombolas participaram ativamente da elaboração dos documentos reivindicatórios da constituição Federal de 1988 e das demais demandas que compõem o movimento histórico de luta da população negra brasileira. Aproveito e trago ao texto outra voz, a de José Rodrigues, liderança quilombola de Ivaoporunduva, que narra:

Eu lembro que nós começamos nos anos 80 a civilizar aqui até a época 86 a 88, pra tentar fazer que o território dos quilombos descendentes de escravos tivesse direito à constituição. Aqui tinha um grupo que sempre a gente viajava pra São Paulo em 86 e a gente se reunia no Ipiranga, discutindo leis que beneficiasse o povo negro brasileiro. Nós era aquele negro que entendia pouco disso, mas a gente tava sempre ajudando, tentando, entende? E hoje entendemos a importância disso. Que foi através daquelas coisas, que hoje nós temos a constituição, temos algum direito, tivemos que brigar por ele, pelas leis. Mas tendo uma brecha nós vamos brigar.

(JOSÉ RODRIGUES – Liderança Quilombola -Trecho de conversa realizada em 09/07/ 2010, no Quilombo Ivaoporunduva).

O incômodo das lideranças com as condições que a população quilombola estava vivendo (a invisibilidade, o isolamento, as ameaças dos fazendeiros para que os quilombolas deixassem aquela terra, a falta de acesso aos direitos constitucionais, como: escola, saúde, transporte etc.) transforma-se em prática social, e se constitui em luta pela terra, pela sobrevivência de seus membros em condições de aquilombamento. Essa prática é compreendida por eles como um trabalho político, de ação e movimento, que busca organizar e reivindicar melhorias locais.

O Quilombo Ivaoporunduva, após um longo processo e por meio de ação judicial, conseguiu que a terra fosse registrada em cartório como propriedade coletiva. A comunidade obteve o reconhecimento de suas terras pelo ITESP, em 1997 e, em 2000, obteve esse mesmo reconhecimento pela Fundação Palmares. Em 2003, a comunidade recebeu do ITESP o título de parte de suas terras. Até 2008, essas terras não haviam sido registradas em cartório, em função de algumas medidas que deveriam ser tomadas pelo Estado. Em 2009, regularizou-se a documentação, finalizando-se esse processo de reconhecimento. Em 01 de julho de 2010, a Associação Quilombo Ivaoporunduva registra a terra coletiva em cartório. Zé Rodrigues expressa o percurso da comunidade para a efetivação desse processo:

Pelo que vejo no Brasil, nós somos um dos pioneiros do registro de terra coletiva, o juiz não tinha modelo pra se basear, eles tiveram dificuldade. Aqui no Brasil, pela lei da terra, o dono é um, quer dizer, quando se fala em coisa coletiva, fica difícil, porque não é moda, nunca ninguém fez. Então pra nós foi

muito importante esse conhecimento em ter direito a registrar. Espero que isso seja muito modelo pro resto do Brasil, que outras comunidades do Brasil use isso pra se legalizar juridicamente a terra, pra ter seu direito ao registro de sua propriedade.

(JOSÉ RODRIGUES. Conversa realizada em 18/07/2010, no Quilombo Ivaporunduva).

Para celebrar o registro da terra, os moradores da comunidade se reuniram no salão da Pousada de Ivaporunduva, no mesmo dia em que o registro em cartório da terra coletiva foi concretizado. Maria da Guia¹¹, Coordenadora da Associação, iniciou a assembleia, propondo um minuto de silêncio em reverência aos quilombolas mortos nos embates em defesa da vida no território. Lembrou que aquele momento de celebração só foi possível pela continuidade do trabalho de luta e resistência que teve início há mais de 400 anos, pelos seus antepassados, e continuidade pelos seus descendentes, por meio do trabalho e ações políticas em 24 anos de luta no processo político-jurídico de reconhecimento, titulação e, naquele momento, o registro da terra:

Esses mais velhos, uma coisa muito importante que foi lembrado aqui, foi esse povo que morreu. Eles não tinham interesse de sair daqui, sempre eles queriam prantar seu arroz seu feijão, e queriam que seus filhos, seus netos seguisse a mesma viagem. Quer dizer, isso deu força para nós estar aqui hoje, porque têm muitos, aqui, que devia estar fora hoje. Mas eles reconhecem seus ancestrais e estão aqui, a luta, a cultura do seu antepassado, e isso é pra nós, e muito importante, e nós temos que passar pros mais novos. Eu estou com 50 anos, tem muito da minha idade, nós vamos daqui um dia estar mais velho e até morrendo, esse valor tem que acompanhar a viagem.

(JOSÉ RODRIGUES - Liderança Quilombola – Assembléia da Associação Quilombo Ivaporunduva. Realizada em 09/07/ 2010, no Quilombo Ivaporunduva).

O ser humano tem consciência do passado, ou seja, do período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória, em virtude de viver com as pessoas mais velhas. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado. “O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.” (Hobsbawm, 1998, p. 23). O não desprendimento total ao passado excluiria as mudanças e inovações legítimas. Se o presente não pode ser uma cópia do passado, traçar o movimento histórico para conhecer o povo de uma comunidade suscita questões relevantes para o estudo de um povo ou de uma

11 Em 12 de julho de 2009, a comunidade, em assembleia da Associação Quilombo de Ivaporunduva, decide pela primeira vez, em votação, por uma liderança feminina - Maria da Guia – Coordenadora da Associação por um período de dois anos (até julho/2011). Ela reconhece e tem acompanhado o percurso das lideranças quilombolas que antecederam à dela, inclusive a de seu marido, José Rodrigues, nas ações que foram primordiais para a comunidade, voltadas para: as necessidades de defesa, posse e regularização das terras; processo de articulações políticas contra as barragens; as parcerias de desenvolvimento sustentável para os avanços da comunidade.

comunidade. Para Hobsbawm (1998), é necessário reconhecer semelhanças e diferenças entre o passado e o presente porque o mundo se defronta sempre com essas duas forças porque a história é previsão do futuro – atividade necessária. “Toda previsão sobre o mundo real repousa em grande parte em algum tipo de inferência sobre o futuro a partir daquilo que aconteceu no passado, ou seja, a partir da história” (Ibid, p. 49-50).

Altuna (1985, 222) explica que para o banto, o seu direito está intimamente ligado a dois fundamentos básicos a terra e o sangue. Na terra descansam os antepassados, nesse sentido a terra se torna sagrada pela presença deles, pois são entendidos como “fonte de vida, sabedoria e exemplo de virtudes”. A partir da presença dos antepassados os alimentos dessa terra são concebidos por generosidade. O segundo fundamento é o sangue, traz uma representação mais profunda e transcendental, por significar a continuidade da vida – a extensão e ao mesmo tempo o vínculo da vida. O sangue dá origem a própria razão de ser do grupo, a qual se desenvolve atreladas as regras da consanguinidade e parentesco que irão assegurar a continuidade das crenças, gestos e comportamentos do grupo.

As famílias do Quilombo Ivaporunduva cumpriram por um período de 24 anos com todas as exigências legais para legalização das terras, porém, contraditoriamente, mesmo com as terras registradas em cartório, atualmente a luta tem sido com o poder público e com os empresários donos dos grandes empreendimentos das Hidrelétricas. Hoje, a luta em questão é contra as barragens que ameaçam suas vidas e de seu grupo social. O Governo Federal aprovou o estudo de inventário hidrelétrico, que prevê a construção de quatro barragens (Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaoca ao longo do Rio Ribeira de Iguape), que levará à expropriação das terras dos quilombolas, fazendo com que eles percam o seu vínculo com o território e com os seus meios de produção.

A luta e resistência quilombola contra os investimentos dos órgãos privados e públicos dos projetos de implementação de Hidrelétrica e a construção das quatro barragens, se dão na articulação política que consiste no legado dos líderes quilombolas e dos moradores de quilombos à população mais jovem. É perceptível a articulação política que faz parte do cotidiano da comunidade quilombola. Ditão nos conduz a conhecer:

Primeiro começo por nós aqui na região de Eldorado depois foi pegando corpo, alguns professores de universidade, que vieram pra luta, conhece a luta, algumas ONGs assim ambientais [...] essas ONGs vieram pra incha e defende a questão ambiental e nosso interesse é pela questão do meio ambiente com gente, não sem gente, então juntamos tudo isso aí, ganhou o Paraná também [...] aí algumas universidade do Paraná também, alguns professores também entrou na luta, aí alguns sindicatos do Paraná também entraram na luta, de SP também, não que eles entraram, eles apoiam, entendeu? Então quando a gente precisa deles lá pra um movimento qualquer: som, carro, essas coisa, tão junto pra ajuda [...] quando a gente solicita, eles estão prontos pra ajuda. E a gente tem segurado, né, porque a partir do momento que o grupo da SESP de SP falo “Olha, nós não vamos fazer mais as barragem, porque o estado não tem interesse”, aí privatizo e tudo mais, passo pra outro, terceirizou o setor energético, aí que que aconteceu? o grupo Votorantim falo “Não mais eu vou fazer, então a de lá de cima, de Tijuco Alto eu vou faze porque eu tenho dinheiro e eu preciso da

energia porque eu to concorrendo, né, ao alumínio com mais 5 país, e eu sempre tenho ganhado e agora estou com risco de perde porque tem país que está com mais alumínio do que o meu, eles querem uma quantidade e preciso de muita energia.” E pego o Ribeira aqui pra fazer, e aí começamos uma briga com ele, faz tempo já, só com Antonio Erminio de Moraes, já estamos com mais de 20 anos de luta, não deixamos fazer até agora, mas agora estamos vendo que está feio. Tá feio porque ta dentro do plano da Dilma, do PAC, aí, né [...]

(BENEDITO ALVEZ - Ditão – Liderança Quilombola. Conversa realizada no Quilombo Ivaporunduva, em 24 de junho de 2011).

Para viver no território, a comunidade quilombola tem contado com apoio de instituições públicas e privadas, assim como ONG e ambientalistas, porém, Benedito Alves pontua a necessidade de preservar o meio ambiente “com gente”. Para Gusmão, 1992, p.121), a sociedade precisa admitir que essa população é constituída, em especial, “[de] sujeitos sociais organizados, possuidores de um bem fundamental como a terra, e que hoje lutam para preservar as bases essenciais de sua existência”, o que exige de todos nós um olhar atento, que reconheça “a não-uniformidade do meio rural e da sua própria questão negra brasileira.” (Ibidem, p. 121). A necessidade de organização e inserção nos movimentos mais globais das lutas sociais no campo permitiu à comunidade negra quilombola o apoio de entidades e partidos, o que foi necessário para que ela pudesse utilizar dos instrumentos de embates frente ao Estado “que historicamente (lhe) tem sido adverso.” (Ibidem, p. 121).

Outra questão a ser discutida é sobre o Programa de Aceleração de Crescimento do atual governo de Dilma Rousseff que os ameaçam. Em 28 de janeiro de 2007, o governo Lula lançou o Programa de Aceleração do Crescimento. É um plano do Governo Federal que tem como proposta o estímulo do crescimento da economia brasileira, por meio de investimentos em obras de infraestrutura de portos, rodovias, redes de esgoto, hidrovias, ferrovias, geração de energia. Percebe-se que, em 29 de março de 2010, inserem-se novas ações nas áreas social e urbana no PAC2. No eixo de energia, foram previstos 76 projetos de usinas¹² – é nesse ponto que Benedito Alves está nos chamando a atenção sobre a pressão que sofrem, mesmo com a regularização da terra.

As comunidades tradicionais dessa região são caracterizadas como populações agro-florestais, que não apenas subsistem da terra, mas que as preservam, as quais estão sendo desconsideradas em detrimento do progresso capitalista que se dá por meio de exploração, expropriação, subordinação, expulsão e exclusão de seus atores sociais. A autora Gusmão (1992) explica que, para as comunidades negras contemporâneas, a terra não é uma realidade física, uma “coisa”, ela é entendida como um “ente vivo” da vida coletiva. A terra representa, no interior do universo negro, um patrimônio cultural imaterial comum das comunidades “de fatores étnicos, da lógica endogâmica, casamento preferencial, regras de sucessão e outras disposições”. Interessam também as condições pelas quais a posse da terra foi conquistada – na coletividade – sendo ela indivisível pela própria história. “A terra torna-se território” e sobre ele a comunidade negra vai construir sua territorialidade. (Idem, 2003, p. 119).

¹² Ver em: Site: www.brasil.gov.br/pac/o-pac/pac-energia- Portal Brasil. Acesso em 05/06/2012.

“Comunidade todo mundo é família, todo mundo é sangue”

Busco compreender o conceito de comunidade para os membros do Quilombo Ivaporunduva, a partir de uma fala de Ivonete Alves, liderança jovem:

[...] Primeiro é pensar na família; na verdade, é pensar na família pra trabalhar para as famílias. E como quilombo, como comunidade todo mundo é família, todo mundo é sangue de uma forma e de outra, então você pensa em todo mundo. As pessoas as vezes podem olhar, não **existe união ali ou aqui, mas em quilombo, de uma forma ou de outra sempre vai existir a união**, porque o sangue fala mais alto e as pessoas na hora de trabalhar, de se unir pra ajudar o irmão, um ajuda o outro e não fica pensado em querê crescer e deixar o outro pra trás.

(IVONETE ALVES DA SILVA PUPO – ZICA, 26 anos - Liderança quilombola. Conversa realizada em 25 de julho de 2010, no Quilombo Ivaporunduva)

Ao dizer “as pessoas podem olhar, não existe união ali ou aqui”, Zica pontua que as decisões e a convivência entre os membros, mesmo sendo famílias, não são harmoniosas, as tensões e os problemas serão solucionados por meio de muitos conflitos de interesses e valores. Existe uma interdependência nas relações para se garantir a sobrevivência no território, pois a terra é coletiva. Na comunidade, pensar sustentabilidade está ainda ligado ao desenvolvimento coletivo, não se descola dos laços da tradição passada. Entendo que a terra provê o sustento e constitui o homem pelo trabalho ao transformar a natureza, e essa é uma atividade consciente.

Nos últimos anos, com a chegada às comunidades quilombolas dos recursos oriundos de programas público-governamentais tais como Bolsa Família, cestas básicas, auxílio maternidade, aposentadoria rural especial, entre outros, assim como a chegada da energia elétrica, serviços telefônicos e, em especial, da televisão e internet, tem ocorrido um rápido aumento da exposição da comunidade à mídia e, conseqüentemente, um crescente interesse por bens de consumo e por ascensão socioeconômica. Essas demandas, não satisfeitas localmente, têm favorecido o êxodo rural, notadamente dos mais jovens, que migram para os grandes centros urbanos em busca de emprego e renda.

Por mais de uma década, projetos de desenvolvimento socioeconômico estão sendo realizados na comunidade por Organizações Não Governamentais (ONGs) e universidades, os quais têm gerado uma relação de dependência entre a comunidade e tais instituições “parceiras”. Observa-se que, ao término dos projetos, tanto a comunidade como as instituições voltam a ser dependentes de outros projetos – não se concretiza a autonomia desejada, pois os projetos se encerram sem proposta de continuidade. Os recursos financeiros dos projetos não ficam com os membros da comunidade, uma vez que os técnicos contratados são de fora ou ligados a ONGs e Universidades.

Observa-se um “conflito de gerações” na comunidade decorrente da transição da agricultura de subsistência e escambo para atividades de geração de renda. Na comunidade, crescem os dilemas, os conflitos de ideias e a ansiedade diante da chegada do modelo de sociabilidade capitalista baseado no mercado de trabalho e mercado de consumo.

CONSIDERADO AS CONTRADIÇÕES

Ficou evidenciada, em minha pesquisa, a relevância do trabalho de interesse coletivo para a consolidação das relações e laços sociais do povo quilombola, ao longo de séculos. Esse foi e continua sendo um compromisso assumido individualmente e pelas famílias do quilombo Ivaporunduva, quando juntam esforços no trabalho cooperativo da defesa do território, construção das casas, na agricultura, na caça e na pesca. Vale considerar o que os quilombolas mais jovens falam sobre o trabalho que realizam:

Eu vejo um trabalho coletivo, um trabalho é... que possa organizar todo mundo, pensar junto e desenvolver aquilo que já existe, não introduzir nada, mas desenvolver o que já existe pra chegar num ponto final. Hoje, hoje além das roças né, que a gente trabalha na forma de lavoura, para as famílias para geração de produtos assim internos, também tem a questão da banana, que pessoal trabalha orgânico, que as famílias trabalham. Hoje o desenvolvimento sustentável aqui está sendo basicamente a banana, que é trabalhado nas famílias; que todo mundo tem um pouquinho, e **aí a associação entra com a parte burocrática pra conseguir comércio pras famílias da comunidade, que é pra quem ela defende, que somos nós também a associação.**

(IVONETE ALVES DA SILVA PUPO – ZICA, 26 anos - Liderança quilombola. Conversa realizada em 25 de julho de 2010, no Quilombo Ivaporunduva).

No quilombo, o importante é a unidade, a gente trabalha meio que unido, entendeu? Igual, por exemplo, pra vender a banana, a gente precisa um do outro, porque a gente não tem uma produção total pra fornecer. Pra colocar 300 caixas de banana, digamos, pra colocar em cima do caminhão pra vender em São Paulo nós não temos. Por isso que eu preciso unir, 100 caixas sua, 100 dela, 100 minha, pra manter, depois vai revezando. Na realidade a gente não tem muita disputa pra trabalhar, a gente necessita mais de união do que disputa.

(CRISTIANO FURQUIM. 23 anos. Conversa realizada em 24 de abril de 2010.)

A fala de Zica chama nossa atenção para pensarmos o trabalho na comunidade como “coletivo”; que supõe atividade consciente e é organizador da vida social – pensar junto e desenvolver a partir do que já existe. Assim é que o homem se constitui cotidianamente no processo de hominização. Zica pontua: “não introduzir nada, desenvolver o que já existe pra chegar no ponto final”. Ao pensar na relação homem e natureza, o sentido do trabalho é a sobrevivência, diferentemente de como o trabalho se apresenta no capitalismo: “pervertido e depauperado, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadoria.” (ANTUNES, 1995, p.123-124).

Esse sociólogo do trabalho, no livro “Adeus ao trabalho?”, enfatiza que o homem ao produzir e reproduzir a sua existência a partir do trabalho se constitui como ser social. Esse processo se desenvolve por meio da cooperação social na produção material. Sendo assim, a partir do trabalho é que, cotidianamente, o homem se constitui como humano e se distingue de todas as formas não humanas.

Almeida (2012) analisa os valores inscritos nas comunidades quilombolas contemporâneas como valores civilizatórios herdados das sociedades africanas. Para o autor, a palavra quilombo “é também sinônimo de solidariedade, reciprocidade, de oralidade, de palavras e da obrigação com o outro, aquilo que mantém a vida em comunidade que é o dar, receber e retribuir”. O dar, receber e retribuir – ou seja, essa tríade de obrigações é o que faz com que as famílias estejam protegidas entre si, por uma estrutura própria da comunidade – não sendo esta uma estrutura do Estado. As famílias estão ainda protegidas pelas leis de mercado, monetarização. Só ocorre pela organização social e territorial das famílias quilombolas o dar-se na manutenção e produção da vida por estarem intimamente ligados por meio da propriedade coletiva da terra. Viver coletivamente é o que dá sustentação necessária para a manutenção excepcional da vida comunitária. O autor diz que os quilombos são lembrados como grande exemplo de valores e saberes tradicionais. Nesse sentido, a forma de organização das comunidades quilombolas pode ser citada como exemplo de possibilidade de que outro modelo de organização social e de valores pode ser possível, ou seja, o que se diferencia radicalmente daquele proposto pelo mercado, tais como o individualismo, a competição “a superação do outro” porque “superar o outro – significa, eliminá-lo”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Acácio dos Santos. Educação para as Relações Étnico Raciais e as Comunidades Quilombolas. In: Secretaria da Educação de São Paulo. Videoconferência: “Educação para as Relações Étnico Raciais e as Comunidades Quilombolas” para refletir junto aos profissionais da Educação sobre o significado do dia 20 de novembro e a participação do negro na sociedade brasileira, 2012. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Videoteca/tabid/179/language/pt-BR/Default.aspx>- Acesso em: 09 Dez. 2012
- ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. **Cultura Tradicional Banto**. Secretariado Arquidiocesano de Pastora, Luanda, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP.: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- AMORIN, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Sociais**. São Paulo: Musa, 2004.
- DUTRA, Mara Vanessa Fonseca. **Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica**. Rio de Janeiro: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2011.
- EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elise. Pesquisa participante. 21.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
- GUSMÃO, Neusa. M. M. Negro e camponês: cultura política e identidade no meio rural brasileiro. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 3, 1992.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI. ZERBO, Joseph. **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (p.181-218).

- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ISA-Instituto Socioambiental. **Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo, 2008.
- LUIZ, Viviane. **O quilombo de Ivaporunduva a partir do enunciado de suas crianças: participação infantil no cotidiano da vida em comunidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Piracicaba.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da Fala para a Escrita: Atividade de Retextualização**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e Histórico do Quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo (28): 55-63, dez/fev. 95/96.
- MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terra de Quilombos**. Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro: Decania CFCH/ UFRJ, 1995.
- PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: Kabengele Munanga (Org.). 2.ed. **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.
- RATTS, Alex. A face quilombola do Brasil. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MATTIOLO, Érica Aparecida Kawakami; MADIERA, Thais Fernanda Leite (Orgs.) **Relações Étnico Raciais: Um percurso para educadores**. v.2, São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2012, p. 133-154.

DADOS DA AUTORA:

Márcia Cristina Américo

Pesquisadora nas áreas das relações étnico-raciais e comunidades quilombolas. Graduada em Ciências com habilitação em Química pela Universidade Metodista de Piracicaba, é Mestra e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da mesma universidade, onde participa do núcleo de pesquisa Práticas Educativas e Processos de Interação. Atualmente é docente do curso de pedagogia da Faculdade Zumbi dos Palmares em São Paulo – SP, atuando na área de Formação de professores às relações de ensino e práticas pedagógicas das relações étnico-raciais.

Submetido em 09/2013 - aprovado em 10/2013